



ATA DE CORREIÇÃO ORDINÁRIA

2ª VARA DO TRABALHO DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS - 0045

[1501 a 2000 processos]

Em 19 de outubro de 2020, o Excelentíssimo Corregedor Regional, Desembargador **MANUEL SOARES FERREIRA CARRADITA**, em cumprimento ao inciso II do artigo 29 do Regimento Interno presidiu a Correição Ordinária Telepresencial na Unidade, conforme Edital CR Nº 12/2020, divulgado em 05/10/2020 no DEJT (Edição 3073/2020 – Caderno do TRT da 15ª Região – página 646). Presentes, por videoconferência, a MMa Juíza Titular DENISE FERREIRA BARTOLOMUCCI e o MMo Juiz Substituto Auxiliar Fixo ROBERTO DOS SANTOS SOARES. Com base nas informações prestadas pela Vara do Trabalho e nos dados dos sistemas processuais, apurou-se, no período correicionado, o seguinte:

Equipe de Correição:	Adriana Castello Branco Pannoni Maricato Deffente, Ayrton Rocha, Luciano Marcelo Christ, Nivia Silva Pedrosa Franceschi
Jurisdição Atendida:	MONTEIRO LOBATO, PARAIBUNA, SAO JOSE DOS CAMPOS
Lei de Criação:	7.471/86
Data de Instalação:	25/07/1987
Data de Instalação do PJE:	02/07/2014
Data da Última Correição:	03/09/2019
Acervo Físico/Acervo Total:	
Acervo PJe/Acervo Total:	100 %



1 - TITULARIDADE:

(fonte: e-Correição Adm e Assessoria de Apoio aos Magistrados)

JUIZ TITULAR	TITULAR DESDE
DENISE FERREIRA BARTOLOMUCCI	18/08/2014

Afastamentos:

PERÍODO	MOTIVO
07/10/2019 a 08/10/2019	LICENCA P/TRATAMENTO DE SAUDE
20/11/2019 a 19/12/2019	FERIAS
22/11/2019 a 22/11/2019	SUSPENSAO DE FÉRIAS
25/11/2019 a 29/11/2019	SUSPENSAO DE FÉRIAS
05/12/2019 a 05/12/2019	SUSPENSAO DE FÉRIAS
01/01/2020 a 01/01/2020	DIA TRAB PLANTAO JUDICIARIO
07/01/2020 a 13/01/2020	FERIAS
07/03/2020 a 07/03/2020	DIA TRAB PLANTAO JUDICIARIO
08/03/2020 a 08/03/2020	DIA TRAB PLANTAO JUDICIARIO
13/07/2020 a 11/08/2020	FERIAS



2 - JUIZES AUXILIARES E SUBSTITUTOS [01/09/2019 a 17/09/2020]:

(fonte: e-Correição Adm e Assessoria de Apoio aos Magistrados)

NOME	PERÍODO
ROBERTO DOS SANTOS SOARES	08/01/2018 a 05/10/2020

Afastamentos:

PERÍODO	MOTIVO
15/08/2019 a 13/09/2019	FERIAS
16/09/2019 a 15/10/2019	FERIAS
18/05/2020 a 16/06/2020	FERIAS
08/09/2020 a 05/10/2020	FERIAS



3 - INFORMAÇÕES FUNCIONAIS

3.1 - Lotação [31/08/2020]:

(fonte: e-Correição Adm e Coordenadoria de Provimento e Vacância)

NOME	CARGO	FUNÇÃO COMISSIONADA	EXERCÍCIO NA LOTAÇÃO
ANA CLAUDIA PANEQUE PERES	TJA	FC-02 ASSISTENTE	01/12/2014
CHRISTINA ELY DA SILVEIRA	TJA	FC-04 SECRETARIO DE AUDIENCIA	01/09/2017
EDNA PRADO	REQ	FC-01 EXECUTANTE	03/11/2016
FERNANDA MATHEUS DA LUZ AMARAL	TJA	-	01/12/2014
GABRIEL GOMES LOURENCO	TJA	FC-02 ASSISTENTE	09/11/2016
LUCIANA AZEVEDO SANTANA BARBOSA	AJA	FC-04 CALCULISTA	19/08/2019
MARIA LUISA MOREIRA II	ND	FC-01 EXECUTANTE	25/10/2016
MARILIA MINATO MATSUNAGA	TJA	FC-05 ASSISTENTE DE DIRETOR DE SECRETARIA	28/11/2016
RICARDO TADDEI D ALVIA	TJA	CJ-03 DIRETOR DE SECRETARIA DE VT	08/06/2016
TOTAL DE SERVIDORES DO QUADRO			7
TOTAL DE SERVIDORES EXTRA-QUADRO			2



3 - INFORMAÇÕES FUNCIONAIS

3.2 - Ausências, exceto férias [09/2019 a 08/2020]:
(fonte: e-Correição Adm e Coordenadoria de Provimento e Vacância)

MOTIVO	DIAS
COMPENSAÇÃO DE DIAS TRABALHADOS EM ELEIÇÃO/TREINAMENTO	1
COMPENSAÇÃO DE DIAS TRABALHADOS EM PLANTÃO JUDICIÁRIO	7
FALTA JUSTIFICADA COM VENCIMENTO	3
LICENÇA PARA TRATAMENTO DA PRÓPRIA SAÚDE	26
LICENÇA PARA TRATAMENTO DE PESSOA DA FAMÍLIA	32
LICENÇA PATERNIDADE	5
PARTICIPAÇÃO EM CURSO MINISTRADO PELO TRT	2
PRORROGAÇÃO DE LICENÇA PATERNIDADE	15
TOTAL	91



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL



3 - INFORMAÇÕES FUNCIONAIS

3.3 - Estagiários [31/08/2020]:

(fonte: e-Correição Adm e Coordenadoria de Provimento e Vacância)

Não há estagiários na unidade



3 - INFORMAÇÕES FUNCIONAIS

3.4 - Ações de capacitação [31/08/2020]: (fonte: e-Correição Adm e Escola Judicial)

JUIZES	HORAS
DENISE FERREIRA BARTOLOMUCCI	126
ROBERTO DOS SANTOS SOARES	14

SERVIDORES	HORAS
CHRISTINA ELY DA SILVEIRA	277
EDNA PRADO	27
FERNANDA MATHEUS DA LUZ AMARAL	28
GABRIEL GOMES LOURENCO	82
LUCIANA AZEVEDO SANTANA BARBOSA	178
MARILIA MINATO MATSUNAGA	209
RICARDO TADDEI D ALVIA	23



4 - QUADRO SINTÉTICO - FASES PROCESSUAIS [09/2019 a 08/2020]:

(fonte: e-Gestão)

FASE	SITUAÇÃO	QTDE	MÉD. GRP	MÉD. FRM
CONHECIMENTO	Aguardando primeira audiência	926	753	1.053
	Aguardando encerramento da instrução	584	516	587
	Aguardando prolação de sentença	1	19	36
	Aguardando cumprimento de acordo	241	268	206
	Solucionados pendentes de finalização na fase	2.391	1.450	2.209
	Pendentes de finalização	4.138	3.006	4.090
LIQUIDAÇÃO	Pendentes de homologação dos cálculos	521	330	420
	Liquidados pendentes de finalização na fase	277	276	243
	Pendentes de finalização	798	606	663
EXECUÇÃO	Pendente de extinção da execução	1.439	1.446	1.207
	Encerrados pendentes de finalização na fase	331	294	381
	Pendentes de finalização	1.770	1.741	1.588
ARQUIVO	Saldo de processos no arquivo provisório Liquidação	1	11	2
	Saldo de processos no arquivo provisório Execução	216	160	280
TOTAL		6.923	5.523	6.624

PERÍODO CORREICIONAL ANTERIOR

4 - QUADRO SINTÉTICO - FASES PROCESSUAIS [09/2018 a 07/2019]:

(fonte: e-Gestão)

FASE	SITUAÇÃO	QTDE	MÉD. GRP	MÉD. FRM
CONHECIMENTO	Aguardando primeira audiência	725	656	856
	Aguardando encerramento da instrução	704	714	709
	Aguardando prolação de sentença	71	141	140
	Aguardando cumprimento de acordo	376	403	326
	Solucionados pendentes de finalização na fase	2.409	1.722	2.236
	Pendentes de finalização	4.276	3.636	4.263
LIQUIDAÇÃO	Pendentes de homologação dos cálculos	180	112	130
	Liquidados pendentes de finalização na fase	617	648	496
	Pendentes de finalização	797	760	626
EXECUÇÃO	Pendente de extinção da execução	1.523	1.532	1.301
	Encerrados pendentes de finalização na fase	186	223	119
	Pendentes de finalização	1.709	1.754	1.420
ARQUIVO	Saldo de processos no arquivo provisório Liquidação	0	8	4
	Saldo de processos no arquivo provisório Execução	52	79	45
TOTAL		6.834	6.238	6.359



5 - INCIDENTES PROCESSUAIS [09/2019 a 08/2020]:

(fonte: e-Gestão)

TIPO	NOVOS	RESOLVIDOS	PENDENTES
Embargos de declaração	297	285	25
Tutelas Provisórias	352	311	33
Incidentes na Liquidação/Execução	175	128	94
TOTAIS	824	724	152

PERÍODO CORREICIONAL ANTERIOR

5 - INCIDENTES PROCESSUAIS [09/2018 a 07/2019]:

(fonte: e-Gestão)

TIPO	NOVOS	RESOLVIDOS	PENDENTES
Embargos de declaração	404	412	22
Exceções de Incompetência	9	7	2
Antecipações de Tutela	216	198	4
Impugnações à Sentença de Liquidação	34	24	29
Embargos à Execução	79	82	37
Embargos à Arrematação	1	1	0
Embargos à Adjudicação	1	1	0
Exceções de Pré-Executividade	0	1	0
TOTAIS	744	726	94



6 - RECURSOS [09/2019 a 08/2020]:

(fonte: e-Gestão)

TIPO	NOVOS	COM JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE	SEM JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE
Recurso Ordinário	902	1.043	54
Recurso Adesivo	51	56	3
Agravo de petição	92	69	26
Agravo de Instrumento	8	7	2
TOTAIS	1.053	1.175	85

PERÍODO CORREICIONAL ANTERIOR

6 - RECURSOS [09/2018 a 07/2019]:

(fonte: e-Gestão)

TIPO	NOVOS	COM JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE	SEM JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE
Recurso Ordinário	1.496	1.520	35
Recurso Adesivo	91	93	4
Agravo de petição	84	69	16
Agravo de Instrumento	54	3	5
TOTAIS	1.725	1.685	60



7 - PRAZOS MÉDIOS [09/2019 a 08/2020]:

(fonte: e-Gestão)

7.1 - Fase de Conhecimento:

	QTDE	DIAS	DIAS GRP	DIAS FRM
Do ajuizamento da ação até a realização da 1ª audiência na fase de conhecimento	668	187	131	196
Do ajuizamento da ação até o encerramento da instrução	1.533	370	275	399
Do ajuizamento da ação até a prolação de sentença	1.526	373	308	435
Da conclusão até a prolação da sentença na fase de conhecimento	1.042	12	29	37

7.2 - Fase de Liquidação:

	QTDE	DIAS	DIAS GRP	DIAS FRM
Do início ao encerramento da liquidação	555	364	222	285

7.3 - Fase de Execução:

	QTDE	DIAS	DIAS GRP	DIAS FRM
Do início ao encerramento da execução - ente privado	375	1.072	852	1.163
Do início ao encerramento da execução - ente público	11	1.069	834	1.104
Total / Média	386	1.072	849	1.161

*Do início até a extinção da execução



PERÍODO CORREICIONAL ANTERIOR

7 - PRAZOS MÉDIOS [09/2018 a 07/2019]:

(fonte: e-Gestão)

7.1 - Fase de Conhecimento:

	QTDE	DIAS	DIAS GRP	DIAS FRM
Do ajuizamento da ação até o encerramento da instrução - Rito Sumaríssimo	687	181	192	231
Do ajuizamento da ação até o encerramento da instrução - Exceto Rito Sumaríssimo	1.659	534	437	557
Total / Média	2.346	430	360	447

Do ajuizamento da ação até a prolação de sentença - Rito Sumaríssimo	698	184	203	245
Do ajuizamento da ação até a prolação de sentença - Exceto Rito Sumaríssimo	1.627	539	461	587
Total / Média	2.325	433	380	471

Da conclusão até a prolação da sentença na fase de conhecimento - Rito Sumaríssimo	353	11	29	34
Da conclusão até a prolação da sentença na fase de conhecimento - Exceto Rito Sumaríssimo	1.246	18	41	50
Total / Média	1.599	17	38	46

7.2 - Fase de Liquidação:

	QTDE	DIAS	DIAS GRP	DIAS FRM
Do início ao encerramento da liquidação - Rito Sumaríssimo	88	269	226	184
Do início ao encerramento da liquidação - Exceto Rito Sumaríssimo	247	258	268	229
Total / Média	335	261	260	219

*Do início da liquidação até a homologação dos cálculos

7.3 - Fase de Execução:

	QTDE	DIAS	DIAS GRP	DIAS FRM
Do início ao encerramento da execução - ente privado	190	1.424	1.700	2.108
Do início ao encerramento da execução - ente público	23	816	1.215	1.254
Total / Média	213	1.358	1.633	2.018

*Do início até a extinção da execução



8 - MAIORES IDADES MÉDIAS [até 08/2020]:

(fonte: e-Gestão)

ITEM	PROCESSO	ENTRADA	DISTRIBUIÇÃO	IDADE (DIAS)
Da Distribuição até o Encerramento da Instrução	0000636-32.2013.5.15.0045	28/07/2020	09/04/2013	2701
Do Início ao Encerramento da Liquidação	0001412-03.2011.5.15.0045	02/02/2016	29/08/2011	1672
Do Início ao Encerramento da Execução	0034800-87.1994.5.15.0045	27/06/1995	21/06/1994	9197

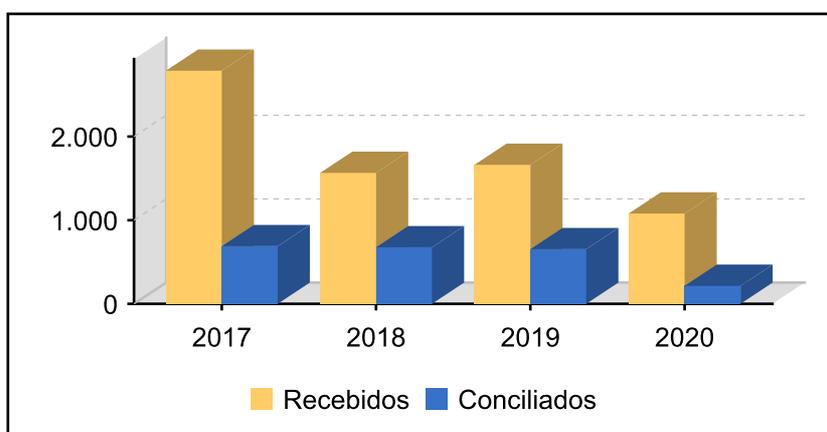


9 - MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL/PRODUTIVIDADE DA UNIDADE:

(fonte: e-Gestão)

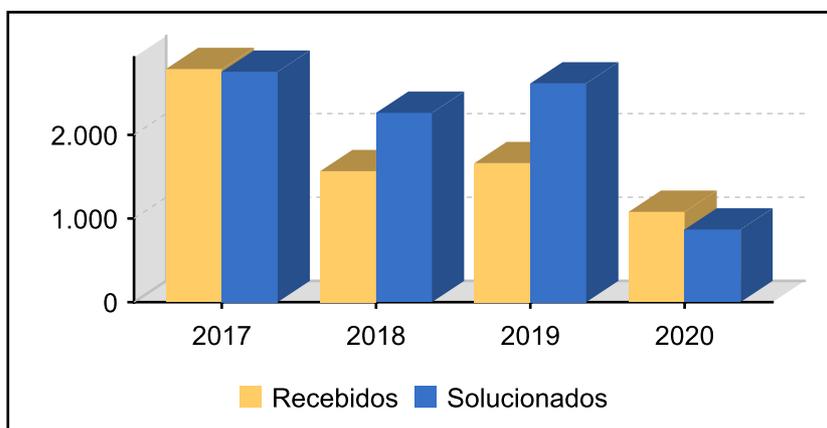
9.1 - Índice de conciliações [até 08/2020]:

ANO	RECEBIDOS	CONCILIADOS	%
2017	2.787	689	24,72
2018	1.566	676	43,17
2019	1.662	653	39,29
2020	1.080	215	19,91



9.2 - Índice de soluções [até 08/2020]:

ANO	RECEBIDOS	SOLUCIONADOS	%
2017	2.787	2.755	98,85
2018	1.566	2.263	144,51
2019	1.662	2.615	157,34
2020	1.080	868	80,37



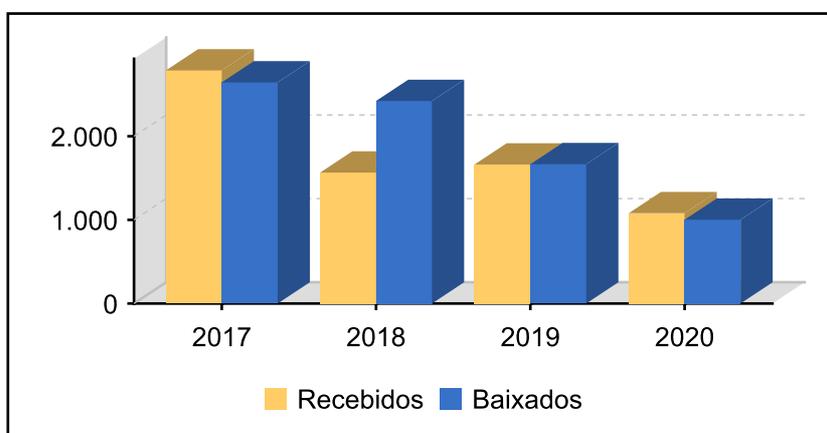


9 - MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL/PRODUTIVIDADE DA UNIDADE:

(fonte: e-Gestão)

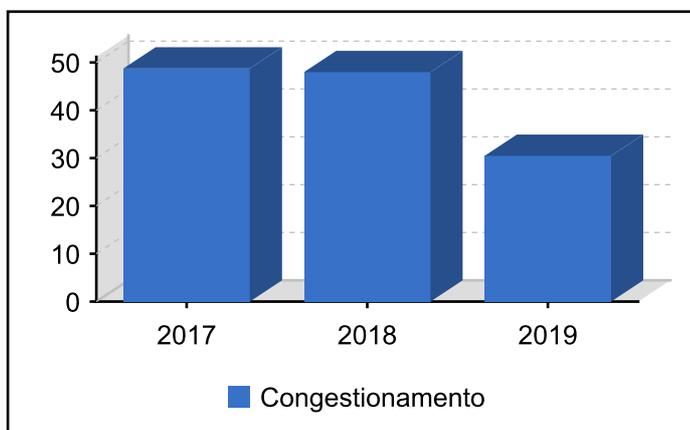
9.3 - Índice de baixas [até 08/2020]:

ANO	RECEBIDOS	BAIXADOS	%
2017	2.787	2.644	94,87
2018	1.566	2.422	154,66
2019	1.662	1.666	100,24
2020	1.080	1.002	92,78



9.4 - Índice de congestionamento até a sentença:

ANO	ACERVO	NOVOS	SOLUCIONADOS	%
2017	2.588	2.787	2.755	48,74
2018	2.784	1.566	2.263	47,98
2019	2.099	1.662	2.615	30,47

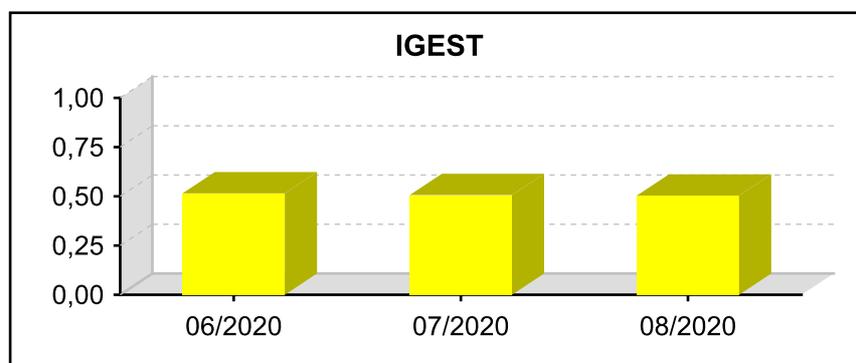
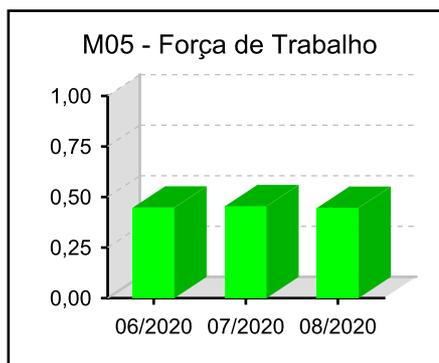
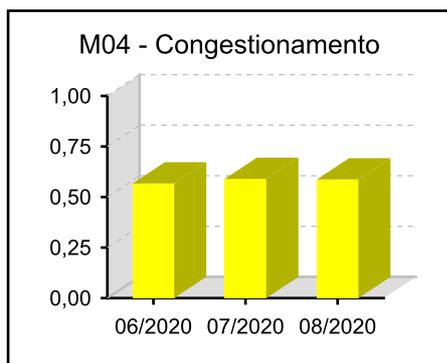
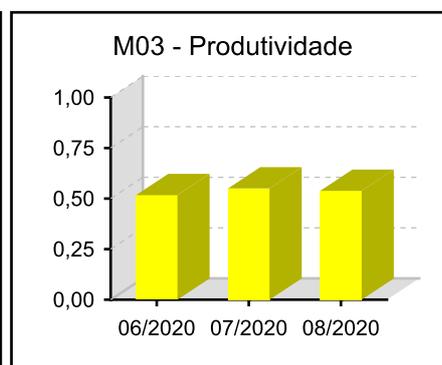
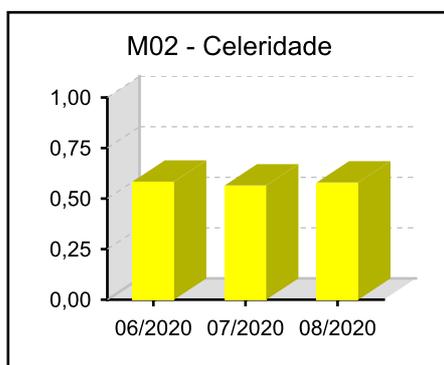
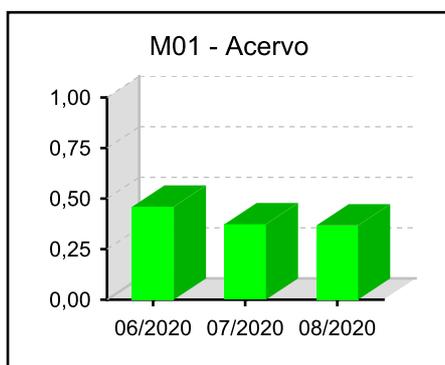




10 - ÍNDICE NACIONAL DE GESTÃO DE DESEMPENHO DA JUSTIÇA DO TRABALHO - IGest:

(fonte: e-SInCor - IGEST e Horus - TRT8)

DATA IGEST	M01	M02	M03	M04	M05	IGEST
06/2020	0,4602	0,5839	0,5169	0,5670	0,4481	0,5152
07/2020	0,3731	0,5650	0,5502	0,5897	0,4548	0,5066
08/2020	0,3674	0,5797	0,5383	0,5870	0,4467	0,5038





11.1 - AFERIÇÃO DE RESULTADOS - SOLUCIONADOS

[09/2019 a 08/2020]:

(fonte: e-Gestão e Relatório de Aferição de Resultados)

Processos - Informações Individuais	Quantidade	Média Mensal	
		Total	RARIA*
Processos solucionados - com exame de mérito (conciliações) [A]	394	32,8	20,1
Processos solucionados - com exame de mérito (exceto conciliações) [B]	838	69,8	42,8
Processos solucionados - com exame de mérito [A + B]	1.232	102,7	63,0
Processos solucionados - sem exame de mérito	382	31,8	19,5
Incidentes Processuais Resolvidos	772	64,3	39,5
Dias-Juiz	587	48,9	---

*Aferição de Resultado Individual Aproximado

Processos - Informações do Grupo	Quantidade	Média Mensal	
		Total	RARIA*
Processos solucionados - com exame de mérito (conciliações) [A]	27.807	43,7	29,2
Processos solucionados - com exame de mérito (exceto conciliações) [B]	40.593	63,8	42,6
Processos solucionados - com exame de mérito [A + B]	68.400	107,5	71,9
Processos solucionados - sem exame de mérito	8.175	12,9	8,6
Incidentes Processuais Resolvidos	36.516	57,4	38,4
Dias-Juiz	28.556	44,9	---

*Aferição de Resultado Individual Aproximado

Processos - Informações do TRT15	Quantidade	Média Mensal	
		Total	RARIA*
Processos solucionados - com exame de mérito (conciliações) [A]	80.087	43,6	29,8
Processos solucionados - com exame de mérito (exceto conciliações) [B]	114.306	62,3	42,5
Processos solucionados - com exame de mérito [A + B]	194.393	105,9	72,3
Processos solucionados - sem exame de mérito	22.983	12,5	8,5
Incidentes Processuais Resolvidos	95.965	52,3	35,7
Dias-Juiz	80.671	43,9	---

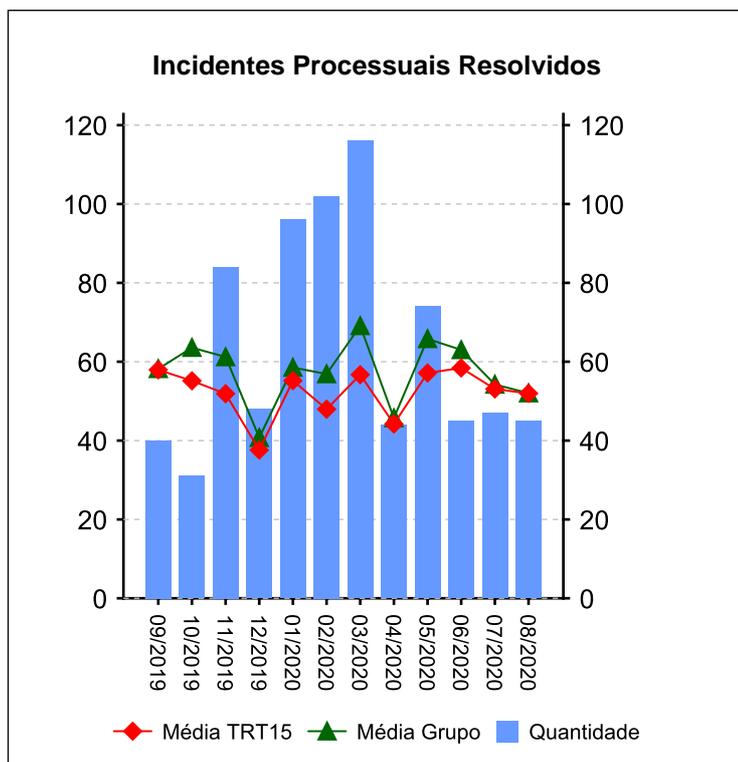
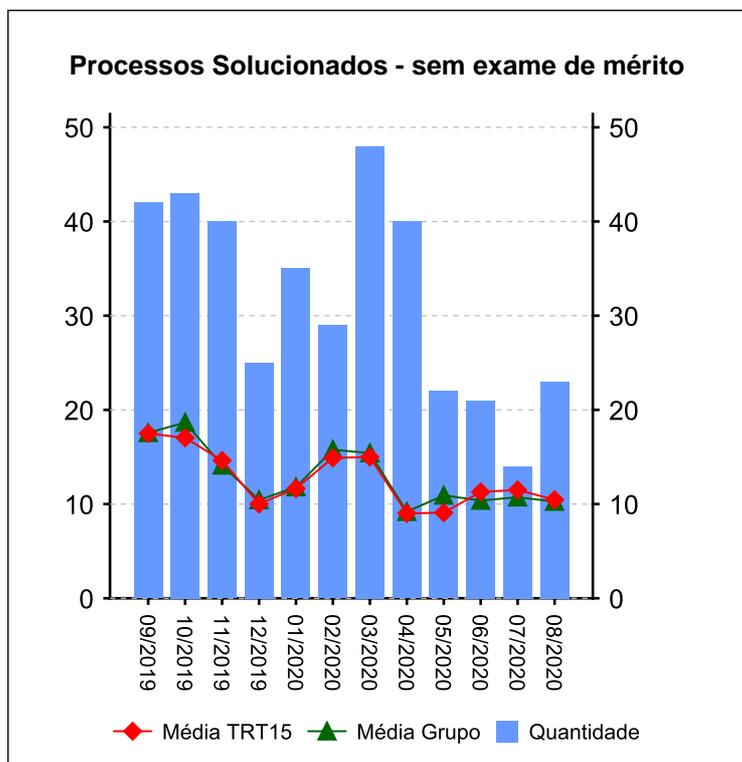
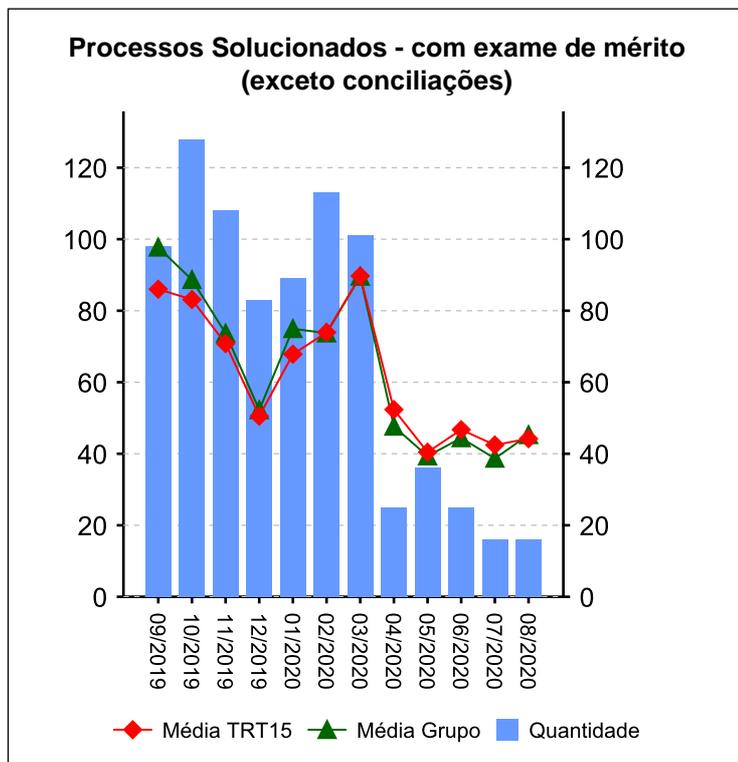
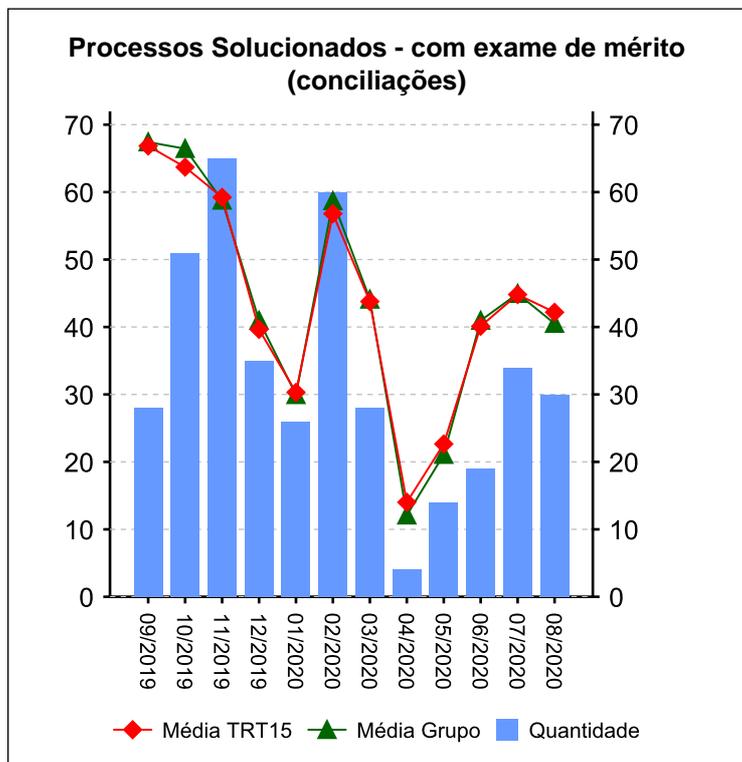
*Aferição de Resultado Individual Aproximado

11.1 - AFERIÇÃO DE RESULTADOS - SOLUCIONADOS

[09/2019 a 08/2020]:

(fonte: e-Gestão e Relatório de Aferição de Resultados)

Resumo - Processos





11.2 - AFERIÇÃO DE RESULTADOS - AUDIÊNCIAS

[09/2019 a 08/2020]:

(fonte: e-Gestão e Relatório de Aferição de Resultados)

Informações Individuais	Quantidade	Média Mensal	
		Total	RARIA*
Sessões de audiência realizadas - inicial	152	12,7	7,8
Sessões de audiência realizadas - instrução	287	23,9	14,7
Sessões de audiência realizadas - una	576	48,0	29,4
Sessões de audiência realizadas - conciliação na fase de conhecimento	89	7,4	4,5
Sessões de audiência realizadas - conciliação na fase de execução	438	36,5	22,4
Sessões de audiência realizadas - justificação prévia	0	0,0	0,0
Sessões de audiência realizadas - instrução e julgamento	0	0,0	0,0
Sessões de audiência realizadas - encerramento de instrução	0	0,0	0,0
Sessões de audiência realizadas - inquirição de testemunha (juízo	11	0,9	0,6
Sessões de audiência realizadas - una + instrução	863	71,9	44,1
Sessões de audiência realizadas - conciliação conhecimento + execução	527	43,9	26,9
Dias-Juiz	587	48,9	---

*Aferição de Resultado Individual Aproximado

Informações do Grupo	Quantidade	Média Mensal	
		Total	RARIA*
Dias-Juiz	28.556	44,9	---

Informações do TRT15	Quantidade	Média Mensal	
		Total	RARIA*
Dias-Juiz	80.671	43,9	---

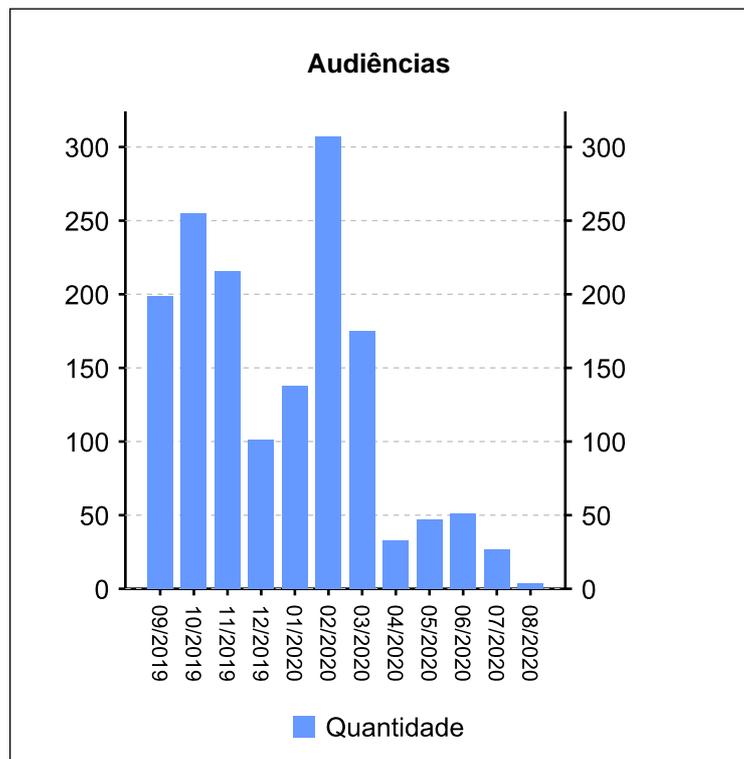


11.2 - AFERIÇÃO DE RESULTADOS - AUDIÊNCIAS

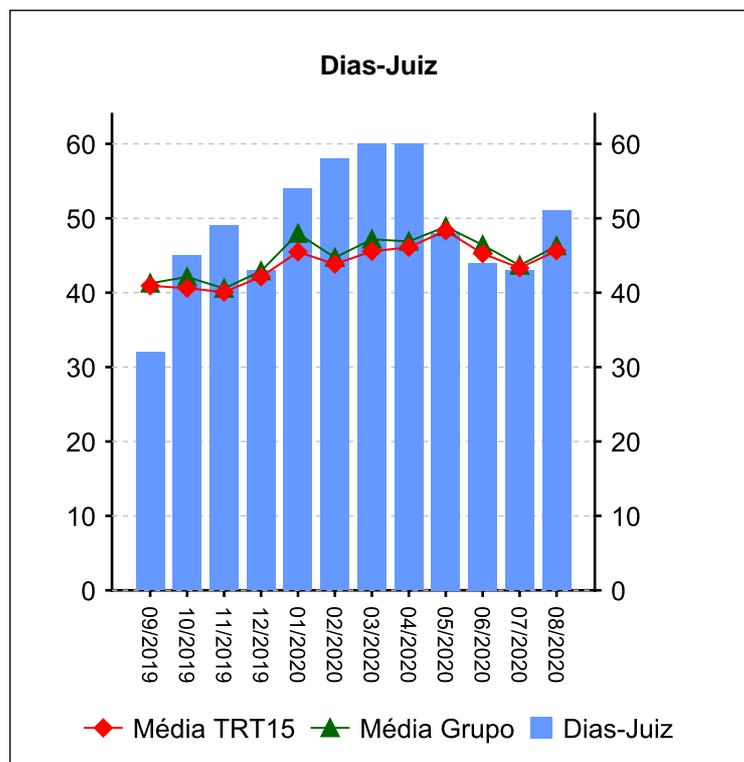
[09/2019 a 08/2020]:

(fonte: e-Gestão e Relatório de Aferição de Resultados)

Resumo - Audiências



Audiências	Conciliação Conhec.	Conciliação Exec.	Inicial	Instrução	UNA	Total
09/2019	4	86	16	51	42	199
10/2019	7	75	25	62	86	255
11/2019	5	39	41	54	77	216
12/2019	5	33	8	21	34	101
01/2020	5	10	14	24	83	136
02/2020	15	68	47	42	132	304
03/2020	1	31	1	33	103	169
04/2020	4	29	0	0	0	33
05/2020	4	34	0	0	9	47
06/2020	15	27	0	0	9	51
07/2020	21	6	0	0	0	27
08/2020	3	0	0	0	1	4
Total	89	438	152	287	576	1542



Dias-Juiz	
Mês/Ano	Qtd
09/2019	32
10/2019	45
11/2019	49
12/2019	43
01/2020	54
02/2020	58
03/2020	60
04/2020	60
05/2020	48
06/2020	44
07/2020	43
08/2020	51
Média Mensal	48,9



PERÍODO CORREICIONAL ANTERIOR

11.1 - AFERIÇÃO DE RESULTADOS - SOLUCIONADOS

[08/2018 a 07/2019]:

(fonte: e-Gestão e Relatório de Aferição de Resultados)

Processos - Informações Individuais	Quantidade	Média Mensal	
		Total	RARIA*
Processos solucionados - com exame de mérito (conciliações) [A]	724	60,3	34,7
Processos solucionados - com exame de mérito (exceto conciliações) [B]	1.505	125,4	72,1
Processos solucionados - com exame de mérito [A + B]	2.229	185,8	106,8
Processos solucionados - sem exame de mérito	391	32,6	18,7
Incidentes Processuais Resolvidos	814	67,8	39,0
Dias-Juiz	626	52,2	---

*Aferição de Resultado Individual Aproximado

Processos - Informações do Grupo	Quantidade	Média Mensal	
		Total	RARIA*
Processos solucionados - com exame de mérito (conciliações) [A]	45.206	71,1	42,7
Processos solucionados - com exame de mérito (exceto conciliações) [B]	58.096	91,3	54,9
Processos solucionados - com exame de mérito [A + B]	103.302	162,4	97,5
Processos solucionados - sem exame de mérito	12.114	19,0	11,4
Incidentes Processuais Resolvidos	37.465	58,9	35,4
Dias-Juiz	31.775	50,0	---

*Aferição de Resultado Individual Aproximado

Processos - Informações do TRT15	Quantidade	Média Mensal	
		Total	RARIA*
Processos solucionados - com exame de mérito (conciliações) [A]	123.530	67,3	43,1
Processos solucionados - com exame de mérito (exceto conciliações) [B]	166.082	90,5	57,9
Processos solucionados - com exame de mérito [A + B]	289.612	157,7	101,0
Processos solucionados - sem exame de mérito	35.272	19,2	12,3
Incidentes Processuais Resolvidos	104.241	56,8	36,3
Dias-Juiz	86.058	46,9	---

*Aferição de Resultado Individual Aproximado

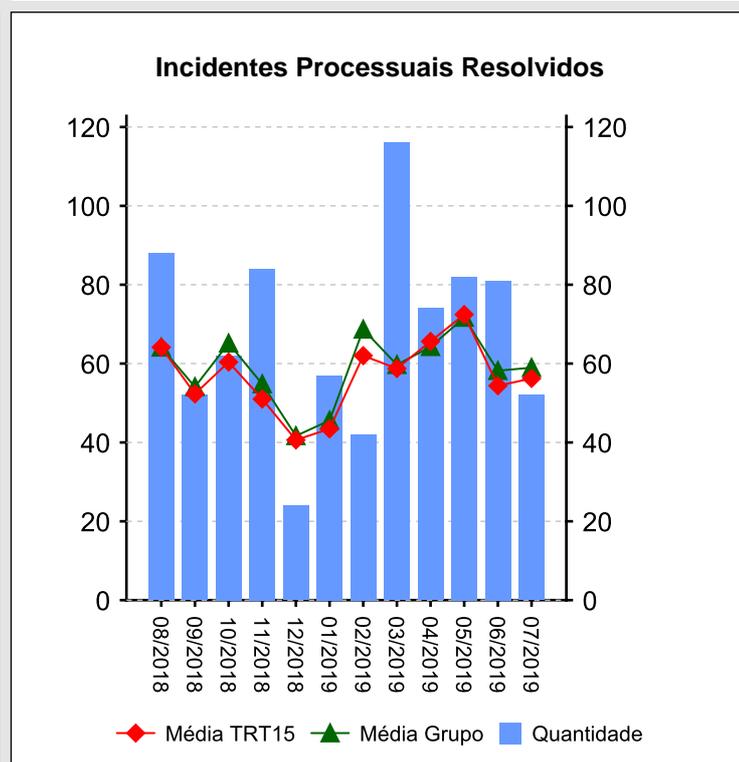
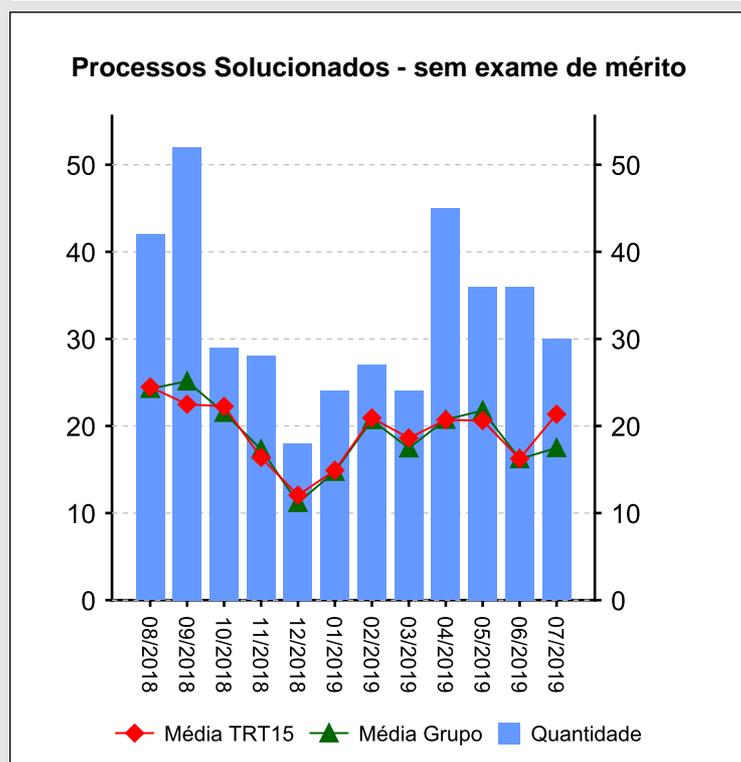
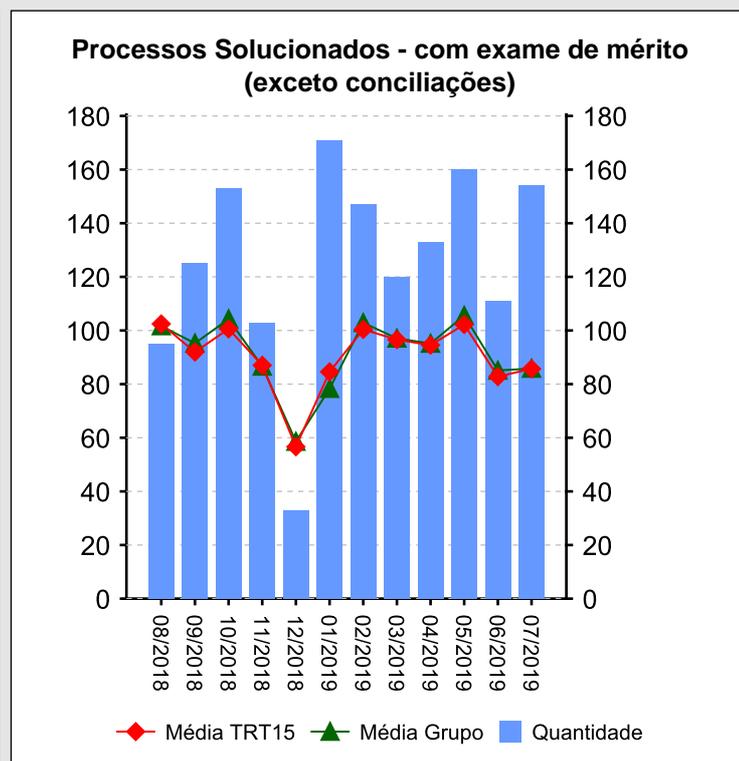
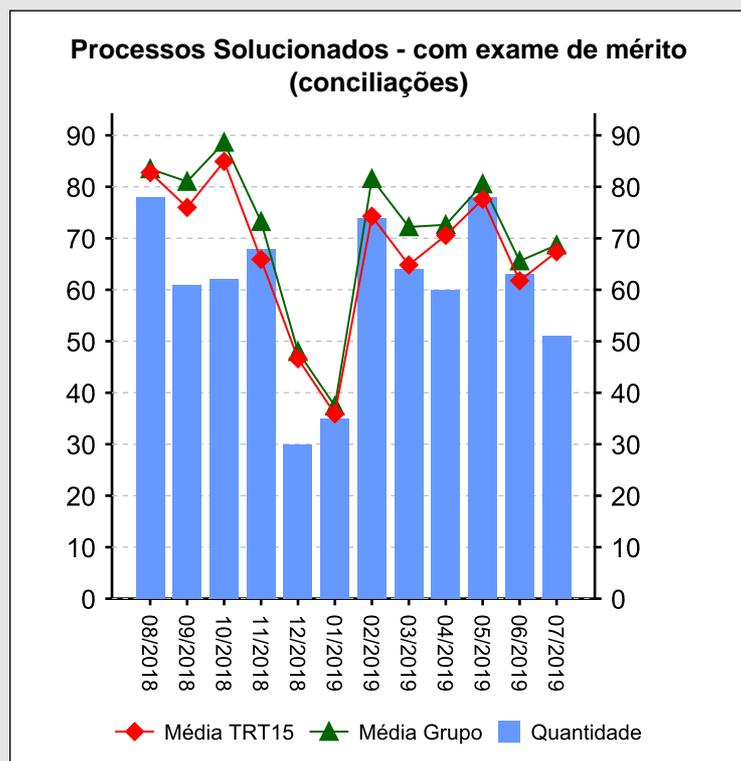
PERÍODO CORREICIONAL ANTERIOR

11.1 - AFERIÇÃO DE RESULTADOS - SOLUCIONADOS

[08/2018 a 07/2019]:

(fonte: e-Gestão e Relatório de Aferição de Resultados)

Resumo - Processos





PERÍODO CORREICIONAL ANTERIOR

11.2 - AFERIÇÃO DE RESULTADOS - AUDIÊNCIAS

[08/2018 a 07/2019]:

(fonte: e-Gestão e Relatório de Aferição de Resultados)

Informações Individuais	Quantidade	Média Mensal	
		Total	RARIA*
Sessões de audiência realizadas - inicial	371	30,9	17,8
Sessões de audiência realizadas - instrução	490	40,8	23,5
Sessões de audiência realizadas - una	1.149	95,8	55,1
Sessões de audiência realizadas - conciliação na fase de conhecimento	165	13,8	7,9
Sessões de audiência realizadas - conciliação na fase de execução	700	58,3	33,5
Sessões de audiência realizadas - una + instrução	1.639	136,6	78,5
Sessões de audiência realizadas - conciliação conhecimento + execução	865	72,1	41,5
Dias-Juiz	626	52,2	---

*Aferição de Resultado Individual Aproximado

Informações do Grupo	Quantidade	Média Mensal	
		Total	RARIA*
Dias-Juiz	31.775	50,0	---

Informações do TRT15	Quantidade	Média Mensal	
		Total	RARIA*
Dias-Juiz	86.058	46,9	---

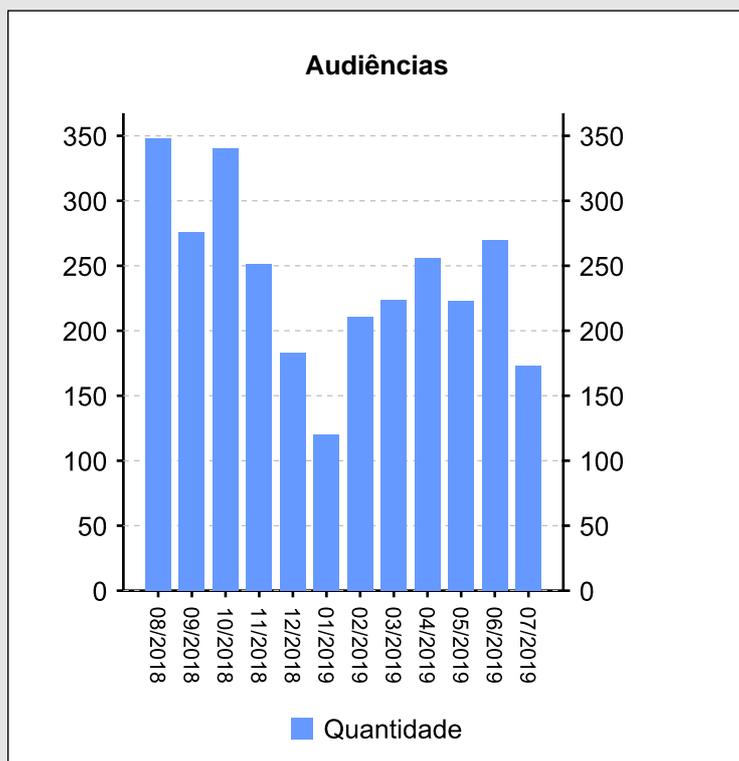
PERÍODO CORREICIONAL ANTERIOR

11.2 - AFERIÇÃO DE RESULTADOS - AUDIÊNCIAS

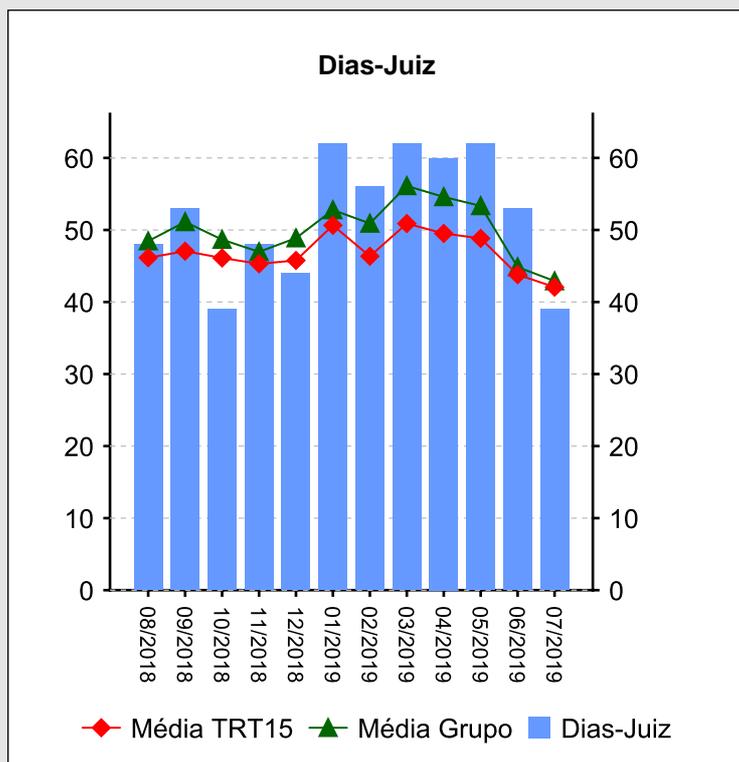
[08/2018 a 07/2019]:

(fonte: e-Gestão e Relatório de Aferição de Resultados)

Resumo - Audiências



Audiências	Conciliação Conhec.	Conciliação Exec.	Inicial	Instrução	UNA	Total
08/2018	21	87	60	43	137	348
09/2018	6	45	36	40	149	276
10/2018	21	127	29	48	115	340
11/2018	16	46	40	42	107	251
12/2018	15	77	18	23	50	183
01/2019	1	0	16	25	78	120
02/2019	6	25	31	50	99	211
03/2019	12	86	22	36	68	224
04/2019	3	68	27	49	109	256
05/2019	6	17	38	53	109	223
06/2019	37	84	34	45	70	270
07/2019	21	38	20	36	58	173
Total	165	700	371	490	1149	2875



Dias-Juiz	
Mês/Ano	Qtd
08/2018	48
09/2018	53
10/2018	39
11/2018	48
12/2018	44
01/2019	62
02/2019	56
03/2019	62
04/2019	60
05/2019	62
06/2019	53
07/2019	39
Média Mensal	52,2



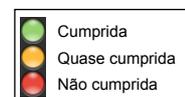
12 - METAS NACIONAIS 2019:

(fonte: e-Gestão e Relatório de Acompanhamento de Metas)

Meta 1 [CNJ] - Julgar mais processos que os distribuídos

Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente

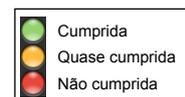
Casos Novos	Solucionados	Meta	Pendentes de Solução	Média Mensal de Casos Novos	Média Mensal de Processos Solucionados	Grau de Cumprimento
1662	2615	1662	0	138	218	100 %



Meta 2 [CNJ] - Julgar processos mais antigos

Identificar e julgar, até 31/12/2019, pelo menos 92% dos processos distribuídos até 31/12/2017

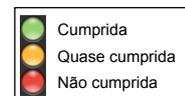
Processos distribuídos até 31/12/2017	Meta	Solucionados	Pendentes de Solução	Média Mensal de Processos Solucionados (Total)	Média Mensal de Processos Solucionados (Meta 2)	Taxa de soluções Meta 2 x Total*	Grau de Cumprimento
2787	2564	2723	0	218	57	26 %	100 %



Meta 5 [CNJ] - Impulsionar processos à execução

Baixar quantidade maior de processos de execução do que o total de casos novos de execução no ano corrente

Execuções Iniciadas	Execuções Baixadas	Meta	Execuções Pendentes	Média Mensal de Execuções Iniciadas	Média Mensal de Execuções Baixadas	Grau de Cumprimento
519	562	519	0	43	47	100 %





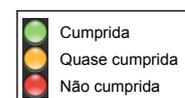
12 - METAS NACIONAIS 2019:

(fonte: e-Gestão e Relatório de Acompanhamento de Metas)

Meta 6 [CNJ] - Priorizar o julgamento das ações coletivas

Identificar e julgar, até 31/12/2019, 98% das ações coletivas distribuídas até 31/12/2016

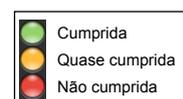
Processos pendentes da meta em 31/12/2016	Processos solucionados a partir de 01/01/2017	Pendentes de Solução (Calculado)	Pendentes de Solução na meta (e-Gestão)	Grau de Cumprimento
24	27	0	0	100 %



Meta 5 [JT] - Tempo médio de Duração do Processo - Conhecimento

Reduzir em 4% o prazo médio em relação ao ano base 2017 [TMDP1c]

Prazo Médio em 2017	Prazo Médio em 2019	Meta	Grau de Cumprimento
380	432	365	82 %





13 - ARRECADAÇÃO [09/2019 a 08/2020]:

(fonte: e-Gestão)

CUSTAS E EMOLUMENTOS	IMPOSTO DE RENDA	CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA
R\$ 379.228,13	R\$ 210.649,85	R\$ 2.189.473,31



14 - PENDENTES DE SOLUÇÃO [até 08/2020]:

(fonte: e-Gestão)

ANO	PROCESSOS
2013	2
2014	8
2015	15
2016	31
2017	70
2018	108
2019	488
2020	790



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL



15 – ITENS DE EXAME E REGISTRO OBRIGATÓRIO (Artigo 32 da Consolidação dos Provimentos da CGJT):

Com base nas informações prestadas, registra-se que o Juízo:

15.1 – pronuncia-se explicitamente acerca da admissibilidade dos recursos ordinários, agravos de petição e recursos adesivos interpostos, não se limitando a proferir despachos nos quais haja apenas referência às locuções “Processe-se o recurso, na forma da lei” ou “Admito o recurso, na forma da lei”; processa o agravo de petição somente quando o agravante delimita, justificadamente, as matérias e os valores impugnados e se o ato impugnado comportar recurso;

15.2 – ordena imediatamente, após a liquidação da sentença em que se apure crédito de valor inequivocamente superior ao do depósito recursal ou incontroverso, a pronta liberação deste em favor do credor, de ofício ou a seu requerimento;

15.3 – não determina a citação do(s) sócio(s), quando da desconsideração da personalidade jurídica da empresa executada, assinalando-lhe(s) o prazo de 48 (quarenta e oito) horas para que indique(m) bens da sociedade (artigo 795 do CPC) ou não os havendo, garanta(m) a execução, sob pena de penhora. Porém, a Unidade adota o procedimento de incidente de desconsideração da personalidade jurídica, nos termos dos artigos 133 a 137 do CPC;

15.4 – fazia uso do sistema BACENJUD, ora substituído pelo Sistema de Busca de Ativos do Poder Judiciário - SISBAJUD. Até a presente data, não foi possível aferir a quantidade de ordens de bloqueio de valores emitida, tampouco a existência de eventuais pendências, por tratar-se de sistema em implementação, que tem apresentado impedimentos técnicos.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL



15.5 – há audiências telepresenciais designadas em 4 (quatro) dias da semana;

15.6 – inclui na pauta de audiências de conciliação os processos na fase de execução – foram realizadas 438 (quatrocentos e oitenta e oito) no período de 09/2019 a 08/2020;

15.7 – não exaure suas iniciativas objetivando tornar exitosa a execução mediante a utilização do SISBAJUD, INFOJUD, RENAJUD, SIMBA (em implementação) e a aplicação subsidiária dos arts. 772 a 777 do CPC.

Quanto aos demais aspectos (assiduidade dos Magistrados, principais prazos da Vara do Trabalho, eventuais inconsistências de lançamentos no sistema, mormente liquidação de sentença, quitação, oposição de embargos e data de conclusão aos MMºs Juízes para sentença e incidentes, número de processos aguardando sentença na fase de conhecimento e incidentais à fase de instrução), há registros nos itens 1, 2, 4, 5, 7 e 10 e eventuais especificidades encontram-se destacadas nas determinações ou orientações desta Ata.

16 – AUDIÊNCIAS

Conforme informado pelo gestor da Unidade no questionário pré-correicional, há audiências agendadas com regularidade até 02/09/2021.

16.1 – PAUTA REGULAR

Juiz Titular / Juiz Substituto

TIPO	DESIGNAÇÃO COM REGULARIDADE ATÉ (Data mais distante)	QUANTIDADE AGUARDANDO DESIGNAÇÃO (número de processos)	PRAZO ATÉ A REALIZAÇÃO DA AUDIÊNCIA (número de dias)
-------------	---	---	---



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL



INICIAIS/ Ord:	-	-	-
INICIAIS/ Sum:	-	-	-
UNAS/ Ord:	18/05/2021	29	217
UNAS/Sum:	29/04/2021	11	198
INSTRUÇÕES/Ord (sem perícia):	31/08/2021	5	322
INSTRUÇÕES/Ord (com perícia):	02/09/2021	11	324
INSTRUÇÕES/Sum (sem perícia):	27/08/2021	6	318
INSTRUÇÕES/Sum (com perícia):	27/08/2021	1	318
CONCILIAÇÃO:	-	-	-
MEDIAÇÃO:	-	-	-
INQUIRIÇÃO DE TESTEMUNHA (juízo deprecado)	-	-	-

Observações: A unidade possui:

122 processos rito ordinário em triagem inicial (não vinculados aos Magistrados);

140 processos do rito sumaríssimo em triagem inicial (não vinculados aos Magistrados);

Processos de matéria de direito (que não possuam potencial conciliatório) não vem sendo incluídos em pauta.

Juiz Auxiliar Fixo (se houver pauta com datas diferenciadas)

TIPO	DESIGNAÇÃO COM REGULARIDADE ATÉ (Data mais distante)	QUANTIDADE AGUARDANDO DESIGNAÇÃO (número de processos)	PRAZO ATÉ A REALIZAÇÃO DA AUDIÊNCIA (número de dias)
INICIAIS/ Ord:	-	-	-



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL



INICIAIS/ Sum:	-	-	-
UNAS/ Ord:	19/04/2021	19	188
UNAS/Sum:	26/04/2021	15	195
INSTRUÇÕES/Ord (sem perícia):	14/07/2021	13	274
INSTRUÇÕES/Ord (com perícia):	19/07/2021	6	279
INSTRUÇÕES/Sum (sem perícia):	14/07/2021	12	274
INSTRUÇÕES/Sum (com perícia):	05/05/2021	1	204
CONCILIAÇÃO:	-	-	-
MEDIAÇÃO:	-	-	-
INQUIRÇÃO DE TESTEMUNHA (juízo deprecado)	-	-	-

Observações:

122 processos rito ordinário em triagem inicial (não vinculados aos Magistrados);

140 processos do rito sumaríssimo em triagem inicial (não vinculados aos Magistrados); Processos de matéria de direito (que não possuem potencial conciliatório) não vem sendo incluídos em pauta.

16.2 – PAUTA TELEPRESENCIAL

Juiz Titular / Juiz Substituto

TIPO	DESIGNAÇÃO COM REGULARIDADE ATÉ <i>(Data mais distante)</i>
INICIAIS/ Ord:	-
INICIAIS/ Sum:	-



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL



UNAS/ Ord:	28/10/2020
UNAS/Sum:	28/10/2020
INSTRUÇÕES/Ord (sem perícia):	28/10/2020
INSTRUÇÕES/Ord (com perícia):	-
INSTRUÇÕES/Sum (sem perícia):	28/10/2020
INSTRUÇÕES/Sum (com perícia):	-
CONCILIAÇÃO:	26/10/2020
MEDIAÇÃO:	-
INQUIRIÇÃO DE TESTEMUNHA (juízo deprecado)	-

Observações:

1. Remanejamento da própria pauta que estava prevista;
2. Audiências de conciliação por meio de triagem de processos com potencial conciliatório;
3. Audiências De Instrução: as vagas de audiências instrução estão disponíveis e são designadas quando há concordância das partes quanto à realização de audiência telepresencial em primeira audiência. Algumas audiências de instrução presencial foram convertidas em telepresencial, porém há uma grande resistência das partes em sua realização e alguns, de forma conjunta, requerem a retirada dos processos de pauta, motivo pelo qual a prática foi descontinuada;
Quando não há audiência designada de instrução (em razão de impossibilidade técnica ou outro motivo que enseje a retirada do processo de pauta), as vagas, se possível, são aproveitadas com audiências de tentativa de conciliação.
4. A pauta está prevista até o dia 28/10/2020, porém não havendo previsão de retorno das audiências telepresenciais o mesmo procedimento será observado para os próximos meses (novembro e dezembro).



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL



Juiz Auxiliar Fixo (se houver pauta com datas diferenciadas)

TIPO	DESIGNAÇÃO COM REGULARIDADE ATÉ <i>(Data mais distante)</i>
INICIAIS/ Ord:	-
INICIAIS/ Sum:	-
UNAS/ Ord:	28/10/2020
UNAS/Sum:	28/10/2020
INSTRUÇÕES/Ord (sem perícia):	28/10/2020
INSTRUÇÕES/Ord (com perícia):	-
INSTRUÇÕES/Sum (sem perícia):	28/10/2020
INSTRUÇÕES/Sum (com perícia):	-
CONCILIAÇÃO:	15/10/2020
MEDIAÇÃO:	-
INQUIRÇÃO DE TESTEMUNHA (juízo deprecado)	-

Observações:

Os critérios utilizados são:

5. Remanejamento da própria pauta que estava prevista;

6. Audiências de conciliação por meio de triagem de processos com potencial conciliatório;

7. Audiências de instrução: as vagas de audiências de instrução estão disponíveis e são designadas quando há concordância das partes quanto à realização de audiência telepresencial em primeira audiência.

Algumas audiências de instrução presencial foram convertidas em telepresencial, porém há uma grande resistência das partes em sua realização e alguns, de forma conjunta, requerem a retirada dos processos de pauta, motivo pelo qual a prática foi descontinuada;



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL



Quando não há audiência designada de instrução (em razão de impossibilidade técnica ou outro motivo que enseje a retirada do processo de pauta), as vagas, se possível, são aproveitadas com audiências de tentativa de conciliação.

8. A pauta está prevista até o dia 28/10/2020, porém não havendo previsão de retorno das audiências telepresenciais o mesmo procedimento será observado para os próximos meses (novembro e dezembro).

16.2.1 – COMPOSIÇÃO DAS PAUTAS TELEPRESENCIAIS

(fonte: Vara do Trabalho)

Juiz Titular / Juiz Substituto

DIA	PERÍODO	UNA	INICIAL	INSTRUÇÃO	CONCILIAÇÃO	MEDIAÇÃO	TOTAL
segunda	manhã						
	tarde	8					8
terça	manhã						
	tarde	4		2	*3		6
quarta	manhã						
	tarde	4		2	*3		6
quinta	manhã						
	tarde	4		2	*3		6
sexta	manhã						
	tarde						

Observações: **As audiências de conciliação decorrem de aproveitamento de pauta ou quando não há instruções telepresenciais disponíveis para realização.*



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL



Juiz Auxiliar Fixo (se houver pauta diferenciada)

DIA	PERÍODO	UNA	INICIAL	INSTRUÇÃO	CONCILIAÇÃO	MEDIAÇÃO	TOTAL
segunda	manhã						
	tarde						
terça	manhã	2			4		6
	tarde	8					8
quarta	manhã	2			4		6
	tarde	8					8
quinta	manhã			2			2
	tarde			4			4
sexta	manhã						
	tarde						

Observações:

5. Remanejamento da própria pauta que estava prevista;
6. Audiências de conciliação por meio de triagem de processos com potencial conciliatório;
7. Audiências de instrução: as vagas de audiências de instrução estão disponíveis e são designadas quando há concordância das partes quanto à realização de audiência telepresencial em primeira audiência. Algumas audiências de instrução presencial foram convertidas em telepresencial, porém há uma grande resistência das partes em sua realização e alguns, de forma conjunta, requerem a retirada dos processos de pauta, motivo pelo qual a prática foi descontinuada;
Quando não há audiência designada de instrução (em razão de impossibilidade técnica ou outro motivo que enseje a retirada do processo de pauta), as vagas, se possível, são aproveitadas com audiências de tentativa de conciliação.
8. A pauta está prevista até o dia 28/10/2020, porém não havendo previsão de retorno das audiências telepresenciais o mesmo procedimento será observado para os próximos meses (novembro e dezembro).

Em virtude da situação excepcional, a análise da pauta de audiências e dados correlatos (prazo médio, composição da pauta, etc.) resta prejudicada em face da superveniência das Portarias Conjuntas GP-VPA-VPJ-CR nºs 003 e 005/2020 que dispõem sobre as medidas para o enfrentamento da emergência de saúde pública de



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL



importância internacional decorrente do novo coronavírus (COVID-19), bem como da Portaria GP nº 25/2020, que institui Grupo de Trabalho visando à implementação e ao acompanhamento das medidas de retorno gradual ao trabalho presencial prevista na recém publicada Portaria Conjunta GP-VPA-VPJ-CR nº 006/2020, que estabelece as medidas de retorno gradual ao trabalho presencial no Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região.

O prazo para realização das audiências será objeto de análise unificada em todo o Regional após o pleno retorno das atividades e finalizadas as redesignações das audiências.

Em que pesem as dificuldades relatadas para a realização das audiências telepresenciais de instrução, bem como as estratégias adotadas, o Excelentíssimo Corregedor Regional, cumprindo recomendação do Excelentíssimo Corregedor-Geral da Justiça do Trabalho, Ministro Aloysio Corrêa da Veiga, contida no Ofício Circular SECG/CGJT nº 064/2020, de 26 de agosto de 2020, determina aos MM^{os} Juízes que realizem audiências telepresenciais do tipo iniciais e instruções, sob pena de responsabilidade, em cumprimento ao Ato Conjunto CSJT.GP. VP e CGJT. nº 006, de 4 de Maio de 2020, e ao Ato Nº 11/GCGJT, de 23 de abril de 2020.

Nesse sentido, a Corregedoria Regional orienta ainda que a realização das audiências deve estar alinhada ao Comunicado GP-CR nº 02/2020, que dispõe sobre as gravações das audiências telepresenciais no âmbito das unidades de 1ª instância deste Tribunal Regional.

Registra-se que foi apontada a ocorrência de inconsistência observada nos indicadores de audiências realizadas nos meses de julho/2020 e agosto/2020 apresentados pelo RAR. Havendo, portanto, discrepância entre os dados do RAR e do e-Gestão. Em análise preliminar feita pela Corregedoria, foi identificada a criação de novos tipos de audiências no e-Gestão, de forma a contabilizar adequadamente as



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL



sessões realizadas por meio de videoconferências, em razão da pandemia de Covid-19, e autorizadas pela Portaria Conjunta GP-VPA-VPJ-CR nº 005/2020. Tal criação de tipos de audiências não foram comunicadas a esta Corregedoria e como os relatórios gerados pela Corregedoria utilizam dados do e-Gestão, sempre que há alguma alteração no e-Gestão, é necessário que o RAR e demais relatórios afetados, dentre eles a Ata de Correição Ordinária, sejam ajustados à nova realidade de indicadores estatísticos. Como não foram recebidas informações sobre os novos tipos de audiências, o RAR passou a exibir os dados de forma equivocada, demandando ajustes. Portanto, seria necessário realizar ajustes no e-SInCor para corrigir o erro apontado e permitir o efetivo aproveitamento do RAR. Entretanto, a permissão para a continuidade da utilização do sistema aguarda deliberação dos Comitês de Governança e de Segurança da Tecnologia da Informação, impedindo, neste momento, que as correções sejam efetuadas.

17 - FERRAMENTAS ELETRÔNICAS DE EXECUÇÃO E LIBERAÇÃO DE VALORES POR MEIO DO PROJETO GARIMPO DURANTE O ISOLAMENTO SOCIAL DEFLAGRADO PELA PANDEMIA DA COVID-19.

A Portaria Conjunta GP-VPA-VPJ-CR nº 003/2020, que dispôs sobre medidas para o enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do novo coronavírus (COVID-19), estabeleceu, dentre outros pontos, a priorização da liberação de numerários em processos aptos para tanto, *“cabendo aos magistrados avaliar a possibilidade de deferimento de liberação de valores incontroversos”*.

Por sua vez, a Portaria Conjunta GP-VPA-VPJ-CR nº 005/2020, que prorrogou as medidas de enfrentamento à pandemia decorrente da COVID-19 previstas na Portaria Conjunta GP-VPA-VPJ-CR nºs 003/2020, recomendou aos Magistrados que priorizem a pesquisa patrimonial nos processos mediante a utilização dos sistemas eletrônicos como o BACENJUD, RENAJUD, INFOJUD, CCS e SIMBA visando a garantia integral da execução e a continuidade da prestação jurisdicional, diante dos obstáculos técnicos



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL



enfrentados para a utilização de outros convênios em razão do trabalho remoto inesperado e compulsório.

Em cumprimento às determinações acima, a 2ª Vara do Trabalho de São José dos Campos informou a utilização regular das ferramentas eletrônicas, especialmente Bacenjud, Infojud e Renajud, bem como o saneamento de 55 (cinquenta e cinco) contas judiciais e a liberação de R\$ 860.284,10 (oitocentos e sessenta mil duzentos e oitenta e quatro reais e dez centavos) por meio do Projeto Garimpo, até 14/10/2020.

O Excelentíssimo Desembargador Corregedor Regional recomendou que sejam observados com rigor os termos da Ordem de Serviço nº 09/2020 - CR, Ofício Circular 02/2020 - CR e Recomendação nº 09/GCGJT, de 24 de julho de 2020. Solicitou que os valores liberados do Projeto Garimpo sejam anotados, uma vez que a ferramenta do Projeto não permite aferir esses valores por vara.

Recomendou, ainda, que os valores que se encontram em processos físicos sejam liberados com prioridade, tão logo ocorra o retorno ao trabalho presencial, anotando-se os valores em planilha própria, uma vez que a ferramenta do Projeto não permite aferir esses valores por vara.

Recomendou, também, que seja verificada a existência de inconsistências nas quantidades de incidentes e de recursos pendentes apontadas nos itens 05 e 06 desta ata.

18 – SITUAÇÃO ATUAL DA UNIDADE - MEDIDAS IMPLEMENTADAS OU AÇÕES DESENVOLVIDAS DURANTE O PERÍODO DE ISOLAMENTO SOCIAL EM DECORRÊNCIA DA PANDEMIA (COVID-19) - CONSTATAÇÕES:

No questionário pré-correicional, acerca de eventuais dificuldades e soluções encontradas na gestão do trabalho e de pessoas durante o trabalho remoto obrigatório



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL



em virtude da pandemia do novo coronavírus, o Senhor Diretor de Secretaria da Unidade informou que: As dificuldades encontradas foram:

Tecnológica (equipamentos utilizados), a solução foi a autorização da administração, mediante assinatura de termo de responsabilidade do uso dos equipamentos do TRT;

Adaptação: alguns servidores não tinham experiência em teletrabalho, no início alguns sentiram dificuldades de se adaptar à nova rotina de trabalho, inclusive para sanar dúvidas sobre procedimentos. A solução encontrada foi a realização de reuniões periódicas da equipe (realizadas todas as sextas-feiras), reuniões esporádicas das fases e a disponibilização de vídeos curtos com orientações sobre o uso do sistema PJe e outras ferramentas.

Houve um incentivo para realização do curso da escola judicial GSuite, neste ponto, a secretaria já utilizava planilhas e documentos compartilhados antes da pandemia, o que facilitou a adaptação.

Planejamento: enfrentamos dificuldades com o planejamento das atividades, principalmente da fase de conhecimento, pois as audiências retiradas de pauta foram redesignadas para setembro, e muitas delas, por manifestação das partes tiveram que ser redesignadas novamente, o que ocasionou um acúmulo de processos na triagem inicial.

Com o retorno do expediente interno em secretaria, o servidor que em secretaria fica impossibilitado de auxiliar nas audiências telepresenciais, pois não há webcam disponível e para os servidores que possuem celular tipo "iphone" este não pode ser utilizado como câmera pela ferramenta disponibilizada pelo TRT (droidcam).

O Excelentíssimo Desembargador Corregedor Regional sugeriu a adoção da prática de realizar reuniões diárias, preferencialmente, em dois horários estabelecidos de comum acordo com a equipe. O primeiro para tratar de assuntos relacionados ao trabalho e o segundo para uma conversa sobre temas diversos. Essa prática, implementada há tempos na Secretaria da Corregedoria pelo Sr. Secretário, permite uma maior integração da equipe, além de um maior acolhimento das pessoas no período de isolamento.

Por ocasião da correição, foram tecidas considerações sobre as funcionalidades da ferramenta Sisbajud, sobre a necessidade de se dispensar maior atenção na remessa dos recursos para a Segunda Instância, sobre os incidentes pendentes, sobre os processos



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL



com as maiores idades médias, sobre os índices do lgest, sobre os processos da fase de liquidação que se encontram no arquivo provisório e o cumprimento das metas nacionais.

O Excelentíssimo Desembargador Corregedor Regional ressaltou sua preocupação com a carência de juízes e servidores, demandando muita criatividade para produzir mais com menos força de trabalho. Por fim, sugeriu que invistam na realização de audiências de mediação, agradeceu a todos pelo empenho, pela dedicação e solicitou que os esforços continuem a fim de que a prestação jurisdicional seja a mais célere possível.

19 – RECOMENDAÇÕES:

19.1 – Manter o registro nos autos, mediante despacho, da determinação ou solicitação de envio e expressa anuência do juiz que está na direção do processo, pelas regras de distribuição, antes de proceder à remessa dos autos ao CEJUSC (Art. 75 da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho);

19.2 – Não se recusar, como Juízo Deprecado, ao cumprimento de carta precatória inquiritória pela ausência de depoimentos pessoais das partes ou dos quesitos (Art. 85, § 2º da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho);

19.3 – Manter a anotação de CTPS realizada pela secretaria da vara do trabalho sem identificação do servidor responsável, nem sequer indicação da existência de determinação judicial a respeito e com expedição de certidão consignando a determinação judicial de anotação a fim de confirmar a autenticidade do registro, a qual é entregue ao trabalhador acompanhada do documento (Art. 92, §§ 1º e 2º da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho);

19.4 – Observar, com rigor, o Ato Conjunto CSJT/GP/CGJT nº 01/2019, que dispõe sobre o tratamento dos depósitos judiciais de processos arquivados definitivamente e as disposições da Ordem de Serviço CR nº 1/2020, alterada pela Ordem de Serviço CR nº



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL



9/2020.

19.5 – Manter a observância do Comunicado CR nº 13/2019, o qual divulga os procedimentos a serem observados no arquivamento de processos judiciais e dá outras providências;

19.6 - Manter a revisão periódica dos processos em execução que se encontram em arquivo provisório, com a execução suspensa, a fim de renovar providências coercitivas, por meio da utilização dos Sistemas Eletrônicos de pesquisas patrimoniais, conforme estabelecido na Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho (Art. 108, III da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho);

19.7 – Observar, com rigor, os normativos: Ordem de Serviço CR nº 02/2019 (cadastramento de execução fiscal ou exclusivamente previdenciária no EXE 15);); Portaria CR nº 07/2019 (análise de petição com depósito de valores); Provimentos GP-CR nº 03 e nº 05/2019 (notificações para entes públicos); Recomendação CR nº 06/2019 (evitar negar processamento ao agravo de instrumento); Recomendação CR nº 07/2019 (incluir nas atas de audiência frase sobre o aplicativo “Mobile”); Comunicado CR nº 7/2019 – controle RPV / Precatório; Comunicado CR nº 11/2019 (utilização de cartas simples); Comunicado CR nº 16/2019 (necessidade de encerramento da execução antes do arquivamento definitivo), Provimento GP-VPJ-CR nº 002/2020 (normas procedimentais para remessa de recurso).

19.8 – Fazer constar expressamente do edital, além dos requisitos do artigo 886 do CPC, a isenção do arrematante com relação aos débitos tributários, cujo fato gerador seja a propriedade, o domínio útil ou a posse de bens e direitos adquiridos judicialmente, estejam ou não inscritos na dívida ativa, ao determinar a alienação de bem através de leilão judicial ou iniciativa particular (Art. 110 da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho);



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL



19.9 - Realizar semanalmente audiências de conciliação em processos na fase de execução, independentemente de requerimento das partes, selecionando aqueles com maior possibilidade de êxito na composição (art. 108, II da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho).

19.10 - Observar, com rigor, a Ordem de Serviço CR nº 4/2020 que normatiza a autoinspeção ordinária anual nas unidades de primeira instância e dá outras providências, atentando-se à sua realização no prazo 6 (seis) meses a contar da data da correição ordinária anual.

19.11 - Observar os termos do Comunicado GP-CR nº 02/2020, que dispõe sobre as gravações das audiências telepresenciais no âmbito das unidades de 1ª instância do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região.

20 - ATENDIMENTOS:

O Excelentíssimo Corregedor Regional atenderia, por videoconferência no sistema *Meet*, os advogados previamente inscritos. Porém, não houve inscritos.

21 – OBSERVAÇÕES GERAIS:

21.1 – A MMª Juíza Titular Denise Ferreira Bartomolucci reside na jurisdição.

21.2 – O MMº Juiz Substituto Auxiliar Fixo Roberto dos Santos Soares está autorizado a residir fora da sede da circunscrição (PA nº 0000150-13.2013.5.15.0897).

21.3 - Registra-se a presença do MMº Juiz fixado da 5ª Vara do Trabalho de São José dos Campos, Dr. Rodrigo Adelio Abrahao Linares, em razão da impossibilidade de participar da correição ordinária a ser realizada naquela vara, no dia 21/10/2020.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL



21.4 – O Excelentíssimo Corregedor Regional conversou remota e reservadamente com os MM^{os} Magistrados.

21.5 – Foi informado pelo Senhor Diretor de Secretaria da Vara que foram expedidos ofícios eletrônicos às Subseções da OAB da jurisdição informando sobre a correição ordinária.

22 – ENCERRAMENTO:

No dia 19 de setembro de 2020, às 17h00, encerraram-se os trabalhos e eu, Ayrton Rocha, Coordenador de Apoio ao Corregedor Regional, lavrei a presente ata que, depois de lida, vai assinada eletronicamente pelo Excelentíssimo Corregedor Regional, publicada no DEJT e disponibilizada na página do Tribunal, na internet.